



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1836714 - RJ (2021/0038878-5)

RELATOR : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**
AGRAVANTE : WELLINGTON TREUMANN PEDROSO
ADVOGADOS : WELLINGTON TREUMANN PEDROSO - PR005436
VIVIANE FERREIRA E OUTRO(S) - DF044400
AGRAVADO : FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto por WELLINGTON TREUMANN PEDROSO, com pedido liminar de atribuição de efeito suspensivo (fl. 306-327), contra decisão que inadmitiu recurso especial (fls. 298-301) que, por sua vez, foi apresentado ao acórdão do TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO.

Requer a parte agravante que o agravo em recurso especial seja recebido com efeito suspensivo, porque (fl. 314):

[...]a colenda Câmara Cível deixou de bem pronunciar-se sobre as questões postas à sua apreciação, não as analisando sob os devidos critérios, tampouco admitindo que o v. Acórdão comportava suprimento e, com isso, negaram vigência aos dispositivos que tratam da necessidade que o órgão julgador (singular ou colegiado) efetivamente aprecie temas trazidos a lume pelas partes quando da prolação de decisão de mérito.

É, no essencial, o relatório. Decido.

De acordo com o art. 300 do CPC, a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Em análise preliminar, não está configurado o *periculum in mora*.

A parte agravante não comprovou o risco de dano irreparável ou de difícil reparação, pois apenas fez o pedido de liminar de concessão de efeito suspensivo sem sequer trazer argumento para sustentá-lo.

Dessa forma, não houve a demonstração de como o possível erro no julgamento proferido pelo Tribunal de origem reclamaria intervenção urgente, a fim de se evitar "dano grave, de difícil ou impossível reparação" (AgInt no TP n. 851/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 28/5/2018).

Ante o exposto, indefiro o pedido de efeito suspensivo ao agravo em recurso especial sem prejuízo do ulterior juízo de admissibilidade do recurso pelo ministro relator, a quem deve ser encaminhado o processo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente